



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 19 de novembro de 2015.

Participantes: Celso Tadeu Pelizer, Maria Isabel Iamarino Pizzi e Márcia de Kátia Francesquini Miquilini.

Às 9:00 horas do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados para reunião ordinária. Dando início aos trabalhos, o secretário agradeceu a presença de todos e procedeu à leitura da ata da última reunião realizada em 22 de outubro de dois mil e quinze e da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes. Após lida e analisada foi aprovada por unanimidade. **1) Análise do Panorama do mês de outubro de 2015:** Lido, discutido e transcrito na íntegra: “ Ainda que a volatilidade estivesse presente durante todo mês de outubro, os preços dos principais ativos negociados no mercado repercutiram certa melhora do quadro político nacional, após o Planalto implementar a reforma ministerial que teve como objetivo assegurar a governabilidade, ao construir uma nova base de apoio partidário no Congresso. A presidente Dilma Rousseff anunciou a tão aguardada reforma ministerial do governo, com eliminação de 8 das 39 pastas por meio de fusão e eliminação de ministérios, medidas de enxugamento da máquina administrativa e redução em 10% do próprio salário, do vice e dos ministros (de R\$ 30.934,70 para R\$ 27.841,23). No total, nove partidos controlam 23 ministérios – nos casos dos outros oito, os ministros não têm filiação partidária. Com o novo arranjo, a pasta de Assuntos Estratégicos foi extinta; Relações Institucionais, Secretaria Geral, Gabinete de Segurança Institucional, Micro e Pequena Empresa foram incorporados ao novo ministério intitulado Secretaria de Governo; Pesca foi incorporada a Agricultura; Previdência e Trabalho se fundiram em um único ministério, assim como Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. O principal objetivo da reforma foi a formação de uma nova base de apoio partidário no Congresso, a fim de o governo obter maioria parlamentar, evitar as derrotas que vinha sofrendo, e conseguir a aprovação das matérias de seu interesse na Câmara e no Senado. O PMDB manteve as 7 pastas recebidas no início do mandato, mas ganhou ministérios com maior peso, como o da Saúde que tem o maior orçamento do governo. Ainda assim, o Planalto amargou alguns revezes. No Congresso, foi derrotado por dois dias consecutivos ao não conseguir quórum para análise dos vetos presidenciais, o governo assumiu acordos de nomeações para cargos do segundo escalão e conseguiu a promessa de líderes de partidos da base aliada de que a votação ocorrerá o quanto antes, apesar do presidente do Senado, Renan Calheiros, ter afirmado que não há previsão de convocação de nova sessão do Congresso Nacional antes de novembro. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o colegiado decidiu abrir ação de impugnação de mandato da presidente Dilma Rousseff, que pode cassar o diploma eleitoral da petista e também do vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB). É a primeira vez que a Justiça Eleitoral autoriza uma investigação como essa contra um presidente da República empossado. Outro revés veio do Tribunal de Contas da União (TCU), que por unanimidade aprovou o parecer do relator do processo, Augusto Nardes, e recomendou a reprovação das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, o que eleva a pressão para um eventual processo de impeachment.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 011/2015

Agora, o relatório segue para deliberação do Congresso Nacional. Do lado dos fundamentos econômicos, a percepção de risco no mercado brasileiro aumentou depois de notícias de que o governo vai mudar a meta fiscal deste ano para reconhecer um déficit primário. Segundo fontes do governo, o déficit primário deste ano pode chegar a R\$ 85 bilhões, incluindo o pagamento das "pedaladas fiscais". Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostraram que o país fechou 95.602 vagas formais de trabalho em setembro, contra 61 mil esperadas e 86.543 registradas em agosto. Todos os setores da economia fecharam vagas. O setor de serviços foi o responsável pelo maior número de vagas. No total, foram encerrados 33.535 postos no setor. O número é resultado de 530.846 admissões e 564.381 desligamentos no período. Os mercados mantiveram-se pressionados após a agência classificadora de riscos Fitch ter anunciado um corte na nota de crédito do Brasil de "BBB" para "BBB-", último degrau que garante o chamado grau de investimento, enquanto manteve a perspectiva negativa para a nota. De certa forma a decisão já estava precificada, dadas as limitações de políticas econômicas e o contexto político instável e incerto, mas a manutenção da perspectiva negativa para a nota é um alerta de que o país precisa reagir. No "front" externo, fez preço a divulgação da ata do encontro de setembro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês), ao revelar que o Fed acredita que a economia estava próxima de justificar aumento de juros em setembro, mas integrantes decidiram que era prudente esperar por evidências de que a desaceleração da economia global não está tirando os EUA dos trilhos. Os dados do "payroll" americano de setembro confirmaram o acerto da decisão, ao mostrar uma menor criação de vagas de empregos que o esperado, enfraquecendo a previsão de uma alta no juro americano no curto prazo. A economia norte-americana criou 142 mil empregos em setembro, sendo que a previsão era de 200 mil. Apesar disso, a taxa de desemprego permaneceu em 5,1% no mês passado, exatamente como previsto. A questão é que foram revisados os números de agosto e julho. A criação de vagas em agosto foi revisada de 173 mil para 136 mil. E a de julho, passou de 245 mil para 223 mil. Na china, a decisão do Banco Central local em cortar a taxa básica de juros em 0,25 pontos percentuais aliviou a pressão sobre as commodities. O anúncio fez parte das medidas recentes para dinamizar a atividade da segunda economia mundial, em plena desaceleração. A decisão veio alguns dias após o anúncio de que a segunda maior economia do mundo cresceu 6,9% entre julho e setembro sobre o mesmo período do ano anterior, ligeiramente melhor do que a expectativa de alta de 6,8%, mas abaixo dos 7% vistos nos três meses anteriores. O BC chinês também cortou em 0,5% o nível das reservas bancárias (fundos obrigatórios dos bancos), como iniciativa que pretende facilitar o crédito. De acordo com a agência Reuters, o BC cortou as taxas de juros pela sexta vez desde novembro e reduziu mais uma vez o volume de dinheiro que os bancos precisam deter como reservas em outra tentativa de impulsionar a economia. **Bolsa** O Ibovespa conseguiu terminar o mês de outubro apresentando ganhos de 1,80%, aos 45.868 pontos, o primeiro desempenho mensal positivo do índice no semestre. Vale lembrar que o mês começou com um forte rally que durou nove pregões consecutivos de alta, na esteira do anúncio da reforma política do governo. As discussões de impeachment e as especulações sobre uma saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, até causaram volatilidade, mas não impediram que a alta se sustentasse. No acumulado dos dez primeiros meses do ano, o Ibovespa tem queda de 8,27%. Do lado externo, a decisão do Fed em manter o juro americano inalterado pesou nos negócios. Quando a economia norte-americana acena estabilidade de juros – atualmente a taxa de juro é de 0,25% ao ano – investidores tendem a aceitar um nível maior de risco em países com taxas de juros mais elevadas, como o Brasil. Na esteira do Ibovespa, outros índices da bolsa brasileira também valorizaram. Como é o caso do Índice de Dividendos - IDIV, que subiu 6,45% no mês.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 011/2015

No ano, o índice acumula queda de -18,41%. Já o índice SmallCap – SMLL encerrou o mês com alta de 5,45%, enquanto no ano o tombo é de -16,37%. O giro financeiro médio diário do segmento de ações da BM&FBovespa somou R\$ 7,54 bilhões em setembro. O movimento mostrou aumento de 8,18% em relação aos R\$ 6,97 bilhões de agosto. No décimo mês do ano, o segmento Bovespa movimentou R\$ 158,37 bilhões, ante R\$ 146,51 bilhões registrados em setembro. Foram realizados 21.428.136 negócios, ante 20.932.301 no mês anterior. A média diária de negócios atingiu 1.020.387, ante 1.044.395. **Renda Fixa** No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a valorização dos preços, especialmente nos vértices mais curtos, teve como influência os mesmos motivos que fizeram as bolsas subirem. Seguindo o movimento do câmbio, os juros recuaram. O contrato com vencimento em janeiro/2017 encerrou o mês cotado a 15,47%, ao passo que o DI para janeiro de 2021 fechou a 15,94%. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou alta de 4,80% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) valorizou 4,85%. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 2,57%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, valorizou 2,49%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, subiu 2,63% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,31%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou alta de 0,67%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA-Geral apresentou valorização de 1,60% no mês. Na outra ponta, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), referencial das aplicações conservadoras, subiu 1,05%, acumulando ganho nominal de 10,70% no ano. **Câmbio** Pela primeira vez desde junho, o dólar comercial fechou o mês em queda de 2,60%, a R\$ 3,861. No ano, a divisa acumula alta de 45,29%. A queda da moeda deu um pequeno alívio às contas públicas. Nas três primeiras semanas deste mês, o Banco Central (Bacen) registrou ganhos de R\$ 11,4 bilhões com as operações de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro. O lucro, no entanto, é pequeno diante do prejuízo que o Bacen acumula em 2015 para segurar a cotação do dólar. Até setembro, a autoridade monetária tinha perdido R\$ 112,9 bilhões com as operações de swap. O Bacen confirmou o início da rolagem dos swaps cambiais -operação equivalente à venda futura de dólares- para estender o prazo de contratos que vencem em dezembro. O lote total representa US\$ 10,9 bilhões. O principal “driver” para a queda do dólar foi a percepção, pelos agentes do mercado, de que o juro nos EUA deve se manter estável este ano, e uma alta viria somente em 2016. Entretanto, a cotação da divisa deverá manter-se pressionada depois que membros do Fed emitiram sinais recentes de que não está descartada uma alta do juro ainda este ano. A expectativa é que uma alta provoque uma fuga de recursos aplicados em países emergentes para os EUA, encarecendo o dólar. Isso porque a mudança deixaria os títulos do Tesouro americano, cuja remuneração reflete a taxa de juros, mais atraentes que aplicações em mercados emergentes, considerados de maior risco. **Perspectiva** A forte deterioração da demanda doméstica provocou a desaceleração na produção industrial e no varejo ao longo dos últimos meses, provocada pelo ajuste monetário e fiscal em curso. O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) do setor industrial do Brasil caiu para 44,1 em outubro, de 47,0 em setembro, segundo dados sazonalmente ajustados da pesquisa da Markit. Esse é o menor patamar desde março de 2009. Leituras abaixo de 50 indicam contração da atividade, enquanto valores acima dessa marca apontam expansão. Apesar de a política



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 011/2015

monetária ter atingido em cheio a atividade produtiva, do lado da inflação não atingiu os efeitos esperados. A inflação corrente está sendo mais elevada que inicialmente projetada por conta de uma alta continuada dos preços administrados. O choque que ocorreu no início do ano foi reforçado agora no segundo semestre com a elevação de diversos itens fundamentais e que tem o impacto difuso na cadeia produtiva. Os principais itens que registram alta nas últimas medições foram: Gasolina, Etanol, Gás de Bujão, Tarifa de Ônibus e Energia Elétrica Residencial. A tendência é que muito destas altas tendem a se arrefecer nos próximos meses, como deve ser o caso de energia elétrica o ano que vem. Ainda assim, a inflação deve se mostrar resiliente nos próximos meses. Contribui para este cenário a depreciação do câmbio, que deve levar a novas pressões inflacionárias adiante, que devido à forte deterioração da atividade econômica e a deterioração do mercado de trabalho, tendem a ser minimizadas no repasse de preços ao consumidor. Do lado externo, a China segue desacelerando como esperado no plano da economia real e algumas bolhas, como a do seu mercado acionário, mostram sinais de certa normalização. O BC Chinês já tomou algumas medidas para se defender de uma possível elevação dos juros nos EUA e já em agosto permitiu uma desvalorização da sua moeda frente ao dólar. Nos EUA, o Fed fez uma comunicação truncada ao citar explicitamente o termo “na próxima reunião” no comunicado da última reunião. Isto fez com que os agentes acreditassem que ele vá subir o juro já na reunião de dezembro, mas isto não é certo. A única coisa que o Fed disse é que irá avaliar na próxima reunião os dados disponíveis. Leia-se “dados de emprego”. E os números não têm decepcionado. Recentemente, o Departamento de Trabalho dos EUA divulgou que o índice de desemprego caiu um décimo e fechou outubro em 5,0%. No mês foram criadas 271 mil novos postos de trabalho, ante expectativa de 190 mil novos postos. Quanto aos salários por hora, ficaram em outubro em uma média de US\$ 25,20 e aumentaram 2,5% durante os últimos 12 meses, seu maior aumento anualizado desde 2009. No cenário político, o governo terá um mês delicado na relação direta com o principal partido aliado, o PMDB. Na Câmara, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (RJ), mesmo acuado com as denúncias de corrupção que pesam contra ele no âmbito das investigações da Operação Lava-Jato, promete dar celeridade aos pedidos de impeachment apresentados pelos partidos de oposição. Além disso, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) marcou para a segunda quinzena do mês a sessão do Congresso que analisará a manutenção ou derrubada dos vetos presidenciais, em uma série de projetos que compõem a chamada pauta bomba, entre eles, o reajuste médio de 59,5% para os servidores do Judiciário. Neste contexto, recomendamos manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.”

2) Análise do demonstrativo do enquadramento na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimento/2015, tendo como base o mês de outubro/2015; apresentado o relatório de enquadramento foi verificado por todos que as aplicações do FMAP estão totalmente enquadradas na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimentos do FMAP, totalizando no referido mês uma carteira de R\$ 60.799.463,54.

3) Relatório da Carteira mês de outubro/2015: apresentado aos presentes a composição da carteira do mês de outubro de 2015 para análise quanto a quantidade de cotistas em cada fundo de investimento, o percentual do PL do FMAP aplicado e o saldo.

4) Resultado



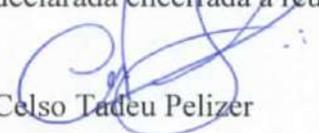
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

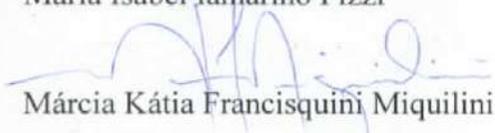
Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 011/2015

das aplicações financeiras após as movimentações – outubro/2015: apresentado para análise os retornos individuais de cada fundo de investimento da carteira do FMAP. Também foi analisada pelos presentes a rentabilidade do mês de outubro de 2015, constatando a meta atuarial (IPCA + 6%) de 1,31% e a rentabilidade auferida na carteira do FMAP de 1,70%, com um retorno acumulado de 7,30% representando 52,61% da meta atuarial de 13,87%. Tendo este mês uma boa recuperação no resultado, principalmente, nos fundos IMAs que tiveram um retorno de 2,58%; **5) Total do patrimônio líquido do FMAP por instituição financeira e Segmentos:** Foi disponibilizado aos presentes o Demonstrativo dos recursos por instituição e segmentos referente ao mês de outubro de 2015, no qual constam o valor de R\$ 49.808.149,49 que representam 81,92% do PL do FMAP aplicados na Caixa Econômica Federal; R\$ 8.987.474,84 que representam 14,78 % do PL do FMAP aplicados no Banco do Brasil S.A.; R\$ 879.278,71 que representam 1,45 % do PL do FMAP aplicados no Bradesco Asset Management; e R\$ 1.124.560,60 que representam 1,85% aplicados no Banco Bradesco. Segmentos em **Renda Fixa** R\$ 57.681.541,86 correspondentes a 94,87% e **Renda Variável** R\$ 3.117.921,78 correspondentes a 5,13%. **6) Apresentação da minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2016 pela Empresa de Consultoria Crédito e Mercado:** Foi colocado aos presentes que a empresa de consultoria enviou a minuta da Política de Investimentos para o ano de 2016 a qual foi decidido, por unanimidade, pela sua complexidade em discutir e deliberar na próxima reunião deste Comitê de Investimentos. **Assuntos Gerais:** Na oportunidade foi discutido a atual carteira do FMAP, que encontra-se posicionada com vértices mais longos em torno de 60,13% e 39,97% posicionada em vértices de curto prazo, muito próximo da recomendada pela empresa de Consultoria. Assim foi deliberando por mantê-la, bem como os novos aportes em fundos em fundos de vértices mais curtos (IRF-M1 e/ou CDI e/ou IDKA2A e/ou IMAB-5), conforme recomendação da empresa de Consultoria de Investimentos. Esgotada a pauta do dia, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.


Celso Tadeu Pelizer


Maria Isabel Iamarino Pizzi


Márcia Kátia Francisquini Miquilini

MATERIAL

DE

APOIO

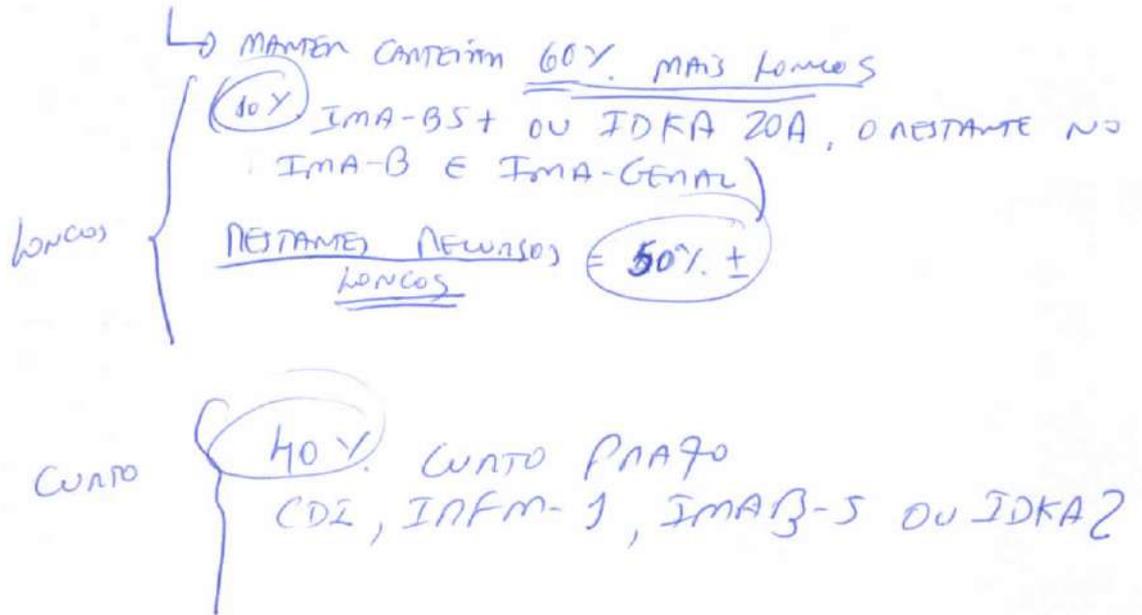
19/11/15

Próxima
17/12/15

ISABEL
MARCIA
CELSO

- ATA AMERION
- PANORAMA 10/2015

RECOMENDAÇÃO
CONSUMIDOR



VARIÁVEL — EXPOSIÇÃO NEUROTIDA

- ANÁLISES
- META ATUAL 1,31% NEUROTIDA; 1,70%
Acumulado Neu. 7,30 - meta - 13,87% = 57,61%
- APRESENTAÇÃO PRODUTOS +
- MÍNIMA P.I. / 2016 - APRESENTAÇÃO
- ~~Posição Atual 60,13% longos
39,94 - curto PNA70
Decisão por MANTER~~

Panorama - Outubro / 2015

Ainda que a volatilidade estivesse presente durante todo mês de outubro, os preços dos principais ativos negociados no mercado repercutiram certa melhora do quadro político nacional, após o Planalto implementar a reforma ministerial que teve como objetivo assegurar a governabilidade, ao construir uma nova base de apoio partidário no Congresso.

A presidente Dilma Rousseff anunciou a tão aguardada reforma ministerial do governo, com eliminação de 8 das 39 pastas por meio de fusão e eliminação de ministérios, medidas de enxugamento da máquina administrativa e redução em 10% do próprio salário, do vice e dos ministros (de R\$ 30.934,70 para R\$ 27.841,23). No total, nove partidos controlam 23 ministérios – nos casos dos outros oito, os ministros não têm filiação partidária.

Com o novo arranjo, a pasta de Assuntos Estratégicos foi extinta; Relações Institucionais, Secretaria Geral, Gabinete de Segurança Institucional, Micro e Pequena Empresa foram incorporados ao novo ministério intitulado Secretaria de Governo; Pesca foi incorporada a Agricultura; Previdência e Trabalho se fundiram em um único ministério, assim como Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

O principal objetivo da reforma foi a formação de uma nova base de apoio partidário no Congresso, a fim de o governo obter maioria parlamentar, evitar as derrotas que vinha sofrendo, e conseguir a aprovação das matérias de seu interesse na Câmara e no Senado. O PMDB manteve as 7 pastas recebidas no início do mandato, mas ganhou ministérios com maior peso, como o da Saúde que tem o maior orçamento do governo.

Ainda assim, o Planalto amargou alguns revezes.

No Congresso, foi derrotado por dois dias consecutivos ao não conseguir quórum para análise dos vetos presidenciais, o governo assumiu acordos de nomeações para cargos do segundo escalão e conseguiu a promessa de líderes de partidos da base aliada de que a votação ocorrerá o quanto antes, apesar do presidente do Senado, Renan Calheiros, ter afirmado que não há previsão de convocação de nova sessão do Congresso Nacional antes de novembro.

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o colegiado decidiu abrir ação de impugnação de mandato da presidente Dilma Rousseff, que pode cassar o diploma eleitoral da petista e também do vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB). É a primeira vez que a Justiça Eleitoral autoriza uma investigação como essa contra um presidente da República empossado.

Outro revés veio do Tribunal de Contas da União (TCU), que por unanimidade aprovou o parecer do relator do processo, Augusto Nardes, e recomendou a reprovação das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, o que eleva a pressão para um eventual processo de impeachment. Agora, o relatório segue para deliberação do Congresso Nacional.

Do lado dos fundamentos econômicos, a percepção de risco no mercado brasileiro aumentou depois de notícias de que o governo vai mudar a meta fiscal deste ano para reconhecer um déficit primário. Segundo fontes do governo, o déficit primário deste ano pode chegar a R\$ 85 bilhões, incluindo o pagamento das "pedaladas fiscais".

Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostraram que o país fechou 95.602 vagas formais de trabalho em setembro, contra 61 mil esperadas e 86.543 registradas em agosto. Todos os setores da economia fecharam vagas. O setor de serviços foi o responsável pelo maior número de vagas. No total, foram

encerrados 33.535 postos no setor. O número é resultado de 530.846 admissões e 564.381 desligamentos no período.

Os mercados mantiveram-se pressionados após a agência classificadora de riscos Fitch ter anunciado um corte na nota de crédito do Brasil de "BBB" para "BBB-", último degrau que garante o chamado grau de investimento, enquanto manteve a perspectiva negativa para a nota. De certa forma a decisão já estava precificada, dadas as limitações de políticas econômicas e o contexto político instável e incerto, mas a manutenção da perspectiva negativa para a nota é um alerta de que o país precisa reagir.

No "front" externo, fez preço a divulgação da ata do encontro de setembro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês), ao revelar que o Fed acredita que a economia estava próxima de justificar aumento de juros em setembro, mas integrantes decidiram que era prudente esperar por evidências de que a desaceleração da economia global não está tirando os EUA dos trilhos.

Os dados do "payroll" americano de setembro confirmaram o acerto da decisão, ao mostrar uma menor criação de vagas de empregos que o esperado, enfraquecendo a previsão de uma alta no juro americano no curto prazo. A economia norte-americana criou 142 mil empregos em setembro, sendo que a previsão era de 200 mil. Apesar disso, a taxa de desemprego permaneceu em 5,1% no mês passado, exatamente como previsto. A questão é que foram revisados os números de agosto e julho. A criação de vagas em agosto foi revisada de 173 mil para 136 mil. E a de julho, passou de 245 mil para 223 mil.

Na china, a decisão do Banco Central local em cortar a taxa básica de juros em 0,25 pontos percentuais aliviou a pressão sobre as commodities. O anúncio fez parte das medidas recentes para dinamizar a atividade da segunda economia mundial, em plena desaceleração. A decisão veio alguns dias após o anúncio de que a segunda maior economia do mundo cresceu 6,9% entre julho e setembro sobre o mesmo período do ano anterior, ligeiramente melhor do que a expectativa de alta de 6,8%, mas abaixo dos 7% vistos nos três meses anteriores.

O BC chinês também cortou em 0,5% o nível das reservas bancárias (fundos obrigatórios dos bancos), como iniciativa que pretende facilitar o crédito. De acordo com a agência Reuters, o BC cortou as taxas de juros pela sexta vez desde novembro e reduziu mais uma vez o volume de dinheiro que os bancos precisam deter como reservas em outra tentativa de impulsionar a economia.

Bolsa

O Ibovespa conseguiu terminar o mês de outubro apresentando ganhos de 1,80%, aos 45.868 pontos, o primeiro desempenho mensal positivo do índice no semestre. Vale lembrar que o mês começou com um forte rally que durou nove pregões consecutivos de alta, na esteira do anúncio da reforma política do governo. As discussões de impeachment e as especulações sobre uma saída do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, até causaram volatilidade, mas não impediram que a alta se sustentasse. No acumulado dos dez primeiros meses do ano, o Ibovespa tem queda de 8,27%.

Do lado externo, a decisão do Fed em manter o juro americano inalterado pesou nos negócios. Quando a economia norte-americana acena estabilidade de juros – atualmente a taxa de juro é de 0,25% ao ano – investidores tendem a aceitar um nível maior de risco em países com taxas de juros mais elevadas, como o Brasil.

Na esteira do Ibovespa, outros índices da bolsa brasileira também valorizaram. Como é o caso do Índice de Dividendos - IDIV, que subiu 6,45% no mês. No ano, o índice acumula queda de -18,41%. Já o índice Small Cap – SMLL encerrou o mês com alta de 5,45%, enquanto no ano o tombo é de -16,37%

O giro financeiro médio diário do segmento de ações da BM&FBovespa somou R\$ 7,54 bilhões em setembro. O movimento mostrou aumento de 8,18% em relação aos R\$ 6,97 bilhões de agosto. No décimo mês do ano, o segmento Bovespa movimentou R\$ 158,37 bilhões, ante R\$ 146,51 bilhões registrados em setembro. Foram realizados 21.428.136 negócios, ante 20.932.301 no mês anterior. A média diária de negócios atingiu 1.020.387, ante 1.044.395.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a valorização dos preços, especialmente nos vértices mais curtos, teve como influência os mesmos motivos que fizeram as bolsas subirem. Seguindo o movimento do câmbio, os juros recuaram. O contrato com vencimento em janeiro/2017 encerrou o mês cotado a 15,47%, ao passo que o DI para janeiro de 2021 fechou a 15,94%.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou alta de 4,80% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) valorizou 4,85%.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 2,57%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, valorizou 2,49%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, subiu 2,63% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,31%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou alta de 0,67%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA-Geral apresentou valorização de 1,60% no mês.

Na outra ponta, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), referencial das aplicações conservadoras, subiu 1,05%, acumulando ganho nominal de 10,70% no ano.

Câmbio

Pela primeira vez desde junho, o dólar comercial fechou o mês em queda de 2,60%, a R\$ 3,861. No ano, a divisa acumula alta de 45,29%.

A queda da moeda deu um pequeno alívio às contas públicas. Nas três primeiras semanas deste mês, o Banco Central (Bacen) registrou ganhos de R\$ 11,4 bilhões com as operações de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro. O lucro, no entanto, é pequeno diante do prejuízo que o Bacen acumula em 2015 para segurar a cotação do dólar. Até setembro, a autoridade monetária tinha perdido R\$ 112,9 bilhões com as operações de swap.

O Bacen confirmou o início da rolagem dos swaps cambiais -operação equivalente à venda futura de dólares- para estender o prazo de contratos que vencem em dezembro. O lote total representa US\$ 10,9 bilhões.

O principal "driver" para a queda do dólar foi a percepção, pelos agentes do mercado, de que o juro nos EUA deve se manter estável este ano, e uma alta viria somente em 2016.

Entretanto, a cotação da divisa deverá manter-se pressionada depois que membros do Fed emitiram sinais recentes de que não está descartada uma alta do juro ainda este ano. A expectativa é que uma alta provoque uma fuga de recursos aplicados em países emergentes para os EUA, encarecendo o dólar. Isso porque a mudança deixaria os títulos do Tesouro americano, cuja remuneração reflete a taxa de juros, mais atraentes que aplicações em mercados emergentes, considerados de maior risco.

Perspectiva

A forte deterioração da demanda doméstica provocou a desaceleração na produção industrial e no varejo ao longo dos últimos meses, provocada pelo ajuste monetário e fiscal em curso.

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) do setor industrial do Brasil caiu para 44,1 em outubro, de 47,0 em setembro, segundo dados sazonalmente ajustados da pesquisa da Markit. Esse é o menor patamar desde março de 2009. Leituras abaixo de 50 indicam contração da atividade, enquanto valores acima dessa marca apontam expansão.

Apesar de a política monetária ter atingido em cheio a atividade produtiva, do lado da inflação não atingiu os efeitos esperados. A inflação corrente está sendo mais elevada que inicialmente projetada por conta de uma alta continuada dos preços administrados. O choque que ocorreu no início do ano foi reforçado agora no segundo semestre com a elevação de diversos itens fundamentais e que tem o impacto difuso na cadeia produtiva. Os principais itens que registram alta nas últimas medições foram: Gasolina, Etanol, Gás de Bujão, Tarifa de Ônibus e Energia Elétrica Residencial. A tendência é que muito destas altas tendem a se arrefecer nos próximos meses, como deve ser o caso de energia elétrica o ano que vem.

Ainda assim, a inflação deve se mostrar resiliente nos próximos meses. Contribui para este cenário a depreciação do câmbio, que deve levar a novas pressões inflacionárias adiante, que devido à forte deterioração da atividade econômica e a deterioração do mercado de trabalho, tendem a ser minimizadas no repasse de preços ao consumidor.

Do lado externo, a China segue desacelerando como esperado no plano da economia real e algumas bolhas, como a do seu mercado acionário, mostram sinais de certa normalização. O BC Chinês já tomou algumas medidas para se defender de uma possível elevação dos juros nos EUA e já em agosto permitiu uma desvalorização da sua moeda frente ao dólar.

Nos EUA, o Fed fez uma comunicação truncada ao citar explicitamente o termo “na próxima reunião” no comunicado da última reunião. Isto fez com que os agentes acreditassem que ele vá subir o juro já na reunião de dezembro, mas isto não é certo. A única coisa que o Fed disse é que irá avaliar na próxima reunião os dados disponíveis. Leia-se “dados de emprego”.

E os números não têm decepcionado. Recentemente, o Departamento de Trabalho dos EUA divulgou que o índice de desemprego caiu um décimo e fechou outubro em 5,0%. No mês foram criadas 271 mil novos postos de trabalho, ante expectativa de 190 mil novos postos. Quanto aos salários por hora, ficaram em outubro em uma média de US\$ 25,20 e aumentaram 2,5% durante os últimos 12 meses, seu maior aumento anualizado desde 2009.

No cenário político, o governo terá um mês delicado na relação direta com o principal partido aliado, o PMDB. Na Câmara, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (RJ), mesmo acuado com as denúncias de corrupção que pesam contra ele no âmbito das investigações da Operação Lava-Jato, promete dar celeridade aos pedidos de

impeachment apresentados pelos partidos de oposição. Além disso, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) marcou para a segunda quinzena do mês a sessão do Congresso que analisará a manutenção ou derrubada dos vetos presidenciais, em uma série de projetos que compõem a chamada pauta bomba, entre eles, o reajuste médio de 59,5% para os servidores do Judiciário.

Neste contexto, recomendamos manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral).

Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A.

Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPINA

Versão Excel 2015 Sair



Panorama Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Referências Cadgrév Credenciamentos Comparativo APR Análises

Enquadramentos - Resolução 3922/10 e Política de Investimentos

2015 Outubro

Total da Carteira: 60.799.463,64

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	58,17%	100,00%	35.364.935,51
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	5,33%	80,00%	3.238.821,51
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	27,53%	30,00%	16.737.672,34
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	3,85%	5,00%	2.340.112,50
Total Renda Fixa	94,87%	100,00%	57.681.541,86
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 8º, Inciso III	4,63%	15,00%	2.815.622,66
Artigo 8º, Inciso VI	0,50%	5,00%	302.299,12
Total Renda Variável	5,13%	30,00%	3.117.921,78

Enquadramento na Política de Investimentos

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	58,17%	85,00%	35.364.935,51	16.314.608,58
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	5,33%	20,00%	3.238.821,51	8.921.071,22
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	27,53%	30,00%	16.737.672,34	1.502.166,75
Artigo 7º, Inciso VI	0,00%	7,50%	0,00	4.559.959,77
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	0,00%	2,50%	0,00	1.519.986,58
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	3,85%	5,00%	2.340.112,50	699.860,68
Total Renda Fixa	94,87%	150,00%	57.681.541,86	
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	0,00%	5,00%	0,00	3.039.973,18
Artigo 8º, Inciso III	4,63%	13,00%	2.815.622,66	5.088.307,61
Artigo 8º, Inciso IV	0,00%	4,00%	0,00	2.431.976,55
Artigo 8º, Inciso V	0,00%	3,00%	0,00	1.823.983,91
Artigo 8º, Inciso VI	0,50%	3,00%	302.299,12	1.521.684,79
Total Renda Variável	5,13%	28,00%	3.117.921,78	

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE MAPIRA



$IMA B 5+ = 7,12\%$
 $IMA B = 4,5\%$
 $IMA B = 16,69\%$
 $IMA G = 20,57\%$

$IDKAL = 17,58\%$
 $IRFMS = 2,94\%$
 $DI = 17,85\%$
 $35,37$
 $+ 4,50$
 $39,87$
 $33,53\%$

Panoramas	Carteira	Enquadramentos	Rentabilidade	Instituições	Retornos	Cadprev	Credenciamentos	Comparativo	APR	Análises
-----------	----------	----------------	---------------	--------------	----------	---------	-----------------	-------------	-----	----------

$45,98$
 $- 13,50$
 $32,48$
 $13,52$
 $57,5\%$
 $60,13\%$
IRFJ

Fundo R Variáveis = 5,13

Composição da Carteira

2015 Outubro

Total da Carteira: 60.799.463,64

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Qtde. Cotistas	Particip. S/ Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010 - 4.392/2014
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	Não há	259	1,55%	942.781,43	0,12%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	669	11,36%	6.904.889,76	0,20%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	407	10,20%	6.200.026,10	0,35%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	1.162	0,58%	352.609,84	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	614	4,50%	2.736.759,65	0,08%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	613	4,38%	2.660.704,10	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	225	20,57%	12.509.227,04	0,97%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	145	2,67%	1.623.333,86	0,43%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	1.256	2,36%	1.434.603,73	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	D+0	Não há	350	5,33%	3.238.821,51	0,14%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI LP	D+0	Não há	2.311	16,00%	9.728.462,39	0,22%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/08/2022	95	0,94%	571.047,64	0,18%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	816	4,94%	3.001.381,46	0,05%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/08/2022	116	1,90%	1.156.651,25	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Qtde. Cotistas	Particip. S/ Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO 3.927/2010 - 4.392/2014
FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA							VERSÃO EXCEL 2015
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	16/08/2030	34	1,90%	1.155.569,00	0,65%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BRDESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	D+0	Não há	406	1,85%	1.124.560,60	0,02%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	14/06/2016	23	0,15%	91.150,70	0,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	25/04/2016	33	0,62%	374.124,80	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	30/12/2015	10	3,08%	1.874.837,00	1,96%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "
BRDESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+4	Não há	267	1,45%	879.278,71	0,29%	Artigo 8º, Inciso III
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FI AÇÕES	D+33	6 anos	60	1,33%	807.838,23	0,52%	Artigo 8º, Inciso III
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	D+4	Não há	1.357	1,11%	674.210,93	4,77%	Artigo 8º, Inciso III
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	D+4	Não há	145	0,75%	454.294,79	3,63%	Artigo 8º, Inciso III
BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI	Não se aplica	Não se aplica		0,50%	302.299,12	0,00%	Artigo 8º, Inciso VI



Parâmetros Categorias Estruturação de Investimentos Metodologias Investimentos Novas Categorias Desdobramentos Comparativa API Análises

Resultado das aplicações financeiras após os investimentos

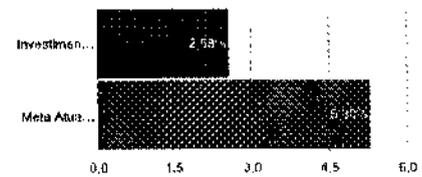
Informações por períodos

2015

Atualizado em 06 de Outubro de 2015

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta Atuarial (%)	% Atingimento
Janeiro	54.164.340,97	2.364.591,96	1.558.734,51	55.789.629,17	818.730,57	1,48%	1,73%	85,98%
Fevereiro	55.789.629,17	2.256.344,51	1.859.024,65	56.352.312,91	468.563,91	0,83%	1,84%	50,39%
Março	56.352.312,91	2.124.707,62	1.421.859,00	57.697.392,32	142.929,79	0,25%	1,94%	13,51%
Acumulado		6.745.344,09	4.640.417,01		1.428.124,27	2,58%	5,30%	48,71%

Carteira e Meta Atuarial acumuladas



Retornos - Mês / Ano

2015

Outubro

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Inatib
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LP	6.747.293,01	0,00	0,00	6.904.869,76	157.595,75	2,34%	2,34%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LP	12.354.744,81	0,00	0,00	12.500.527,04	176.481,23	1,43%	1,43%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B RENDA FIXA LP	3.159.236,79	0,00	0,00	3.239.823,51	79.582,73	2,52%	2,52%
CAIXA BRASIL IPCA IV RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.895.341,00	0,00	0,00	1.874.807,99	-19.498,00	-1,05%	-1,05%
CAIXA BRASIL IPCA VIII RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	360.874,60	0,00	0,00	374.124,50	4.250,20	1,18%	1,18%
CAIXA BRASIL IPCA XII RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	30.153,25	0,00	0,00	31.150,70	996,95	3,31%	3,31%
CAIXA VALOR SMALL CAP REPS FIÇÕES	755.588,02	0,00	0,00	807.899,23	22.450,21	2,98%	2,98%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LP	2.671.949,29	0,00	0,00	2.736.759,05	64.821,43	2,43%	2,43%
BB IMA-B II TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	918.557,30	0,00	0,00	940.781,43	24.124,13	2,63%	2,63%
CAIXA BRASIL IMA-B 6+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LP	1.592.041,10	0,00	0,00	1.623.333,86	40.932,76	2,56%	2,56%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.530.820,32	0,00	0,00	2.650.764,10	69.862,79	2,76%	2,76%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	1.300.486,12	1.040.558,11	979.445,25	1.434.603,73	11.004,75	0,46%	0,46%
BRADESCO DIVIDENDOS FIÇÕES	867.257,96	0,00	0,00	878.278,71	10.021,18	1,39%	1,39%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIÇÕES	431.821,09	0,00	0,00	454.294,79	22.452,84	5,20%	5,20%
CAIXA CONSUMO FIÇÕES	700.905,57	0,00	0,00	674.210,93	-26.694,64	-4,04%	-4,04%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	584.079,86	0,00	0,00	571.047,64	-7.017,09	-1,24%	-1,24%
CAIXA BRASIL DESO 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	1.141.999,00	0,00	0,00	1.150.869,00	8.871,00	0,79%	0,79%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.143.184,67	0,00	0,00	1.156.651,26	13.466,64	1,18%	1,18%
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIÁRIO DI	1.013.350,33	100.060,00	3,00	1.124.560,60	11.210,27	1,01%	1,01%
BB PERFIL RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.968.157,76	0,00	0,00	3.031.581,46	33.150,70	1,12%	1,12%

SEGURO CREDITICIA DO BRASIL S.A. - TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (Pia)	Variação (Pia)	Retorno (%)	Variação (%)
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DILP	10.637.824,76	0,00	1.019.138,34	9.726.462,30	108.684,97	1,03%	1,01%	0,02%
BS RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI	259.730,45	0,00	0,00	302.290,12	2.592,54	0,97%		
BB SRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIXA RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.74.815,27	175.160,10	0,00	352.609,84	2.694,47	0,77%	0,0%	0,0%
CAIXA BRASIL IEKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FIXA RENDA FIXA LP	6.638.160,89	0,00	0,00	6.200.026,10	180.885,21	2,60%	2,34%	0,26%



- Panoramas
- Carteira
- Enquadramentos
- Rentabilidade
- Instituições
- Retornos
- Cardprev
- Credenciamentos
- Comparativo
- APR
- Análises

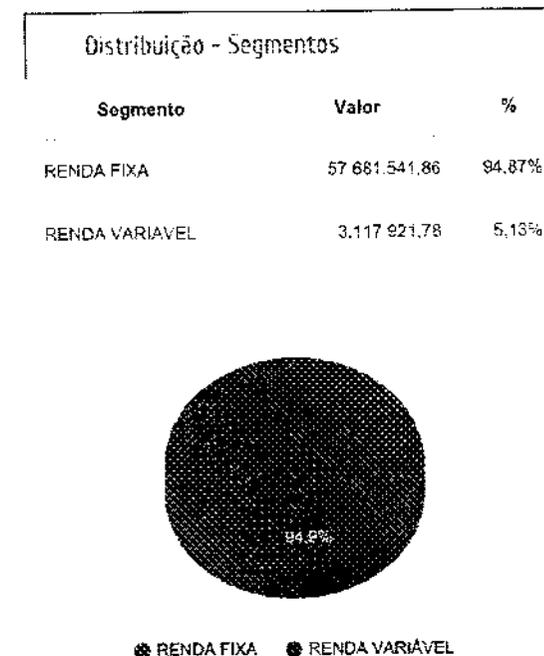
Distribuição dos Investimentos

2015 Outubro

Total da Carteira: **60.799.463,64**

Distribuição - Administradores		
Administrador	Valor	%
BANCO BRADESCO	1.124.560,60	1,85%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	8.967.474,84	14,76%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	879.278,71	1,45%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	49.808.149,49	81,92%

Distribuição - Sub-segmentos		
Sub-segmento	Valor	%
CDI	13.854.404,45	22,79%
CONSUMO	674.210,93	1,11%
CRÉDITO PRIVADO	2.340.112,50	3,85%
DIVIDENDOS	879.278,71	1,45%
FUNDO IMOBILIÁRIO	302.299,12	0,50%
IMA-B	10.143.711,27	16,68%
IMA-GERAL	12.509.227,04	20,57%
INFRA-ESTRUTURA	454.294,79	0,75%
SMALL CAP	807.838,23	1,33%
IPCA	2.883.267,89	4,74%
IRF-M 1	1.787.213,57	2,94%
IMA-B 5	2.736.759,65	4,50%
IMA-B 5+	2.586.115,29	4,22%



PLANO DE MONIT	Subsegmento	IDENTIFICADORA DE RISCO	VALOR DE ITAF-RA	%
	IDKA 2A		8.860.730,20	14,57%



- Panoramas
- Carteira
- Enquadramentos
- Rentabilidade
- Instituições
- Retornos
- Cadprev
- Credenciamentos
- Comparativo
- APR
- Analises

Consulta Rentabilidade e Risco

2015 Outubro

Mês Ano 3 Meses 6 Meses 12 Meses 24 Meses Taxa Atual VaR

RENDA FIXA	
Fundo / Indicadores	%
CDI	1,11%
IMA-B	2,58%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	1,31%
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	1,11%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	2,62%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,30%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,34%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1,30%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,43%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,43%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,05%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,15%

RENDA VARIÁVEL	
Fundo	%
IBOVESPA	1,80%
IBX-50	1,06%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	1,31%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	1,39%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	2,86%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	5,20%
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	4,63%

FUNDO MUNICIPAL DE APURACÃO - FOMAP - Indicadores	%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,70%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,11%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,12%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,83%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,59%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,66%
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI LP	1,11%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,24%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,18%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1,15%

Gráfico Renda Fixa Renda Variável

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRÁ

Versão Excel 2015

Sair

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE APOSENTADORA E PENSÕES DE ITAPUA

Versão Excel 2015 Sair



Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos Comparativo APR Análises

Consulta Rentabilidade e Risco

2015 Outubro

Mês Ano 3 Meses 6 Meses 12 Meses 24 Meses Taxa Admin. VaR

RENDA FIXA	
Fundo / Indicadores	%
CDI	1,11%
IMA-B	2,58%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	1,31%
BRDESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	1,11%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	2,52%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,30%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,34%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1,30%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,43%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,43%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,06%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,15%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,70%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,11%

RENDA VARIÁVEL	
Fundo	%
IBOVESPA	1,80%
IBX-50	1,06%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	1,31%
BRDESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	1,39%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	2,86%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	5,20%
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	-4,63%

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA DE SÃO PAULO - FMPASP	FUNDOS DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA	%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		1,12%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		2,63%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		2,58%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		2,66%
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI LP		1,11%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		1,24%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		1,18%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		1,19%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

Versão Excel 2015 Sair



Parcerias Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instâncias Períodos Códigos Credenciamentos Comparativo APR Análises

Consulta Rentabilidade e Risco

Base: 30/10/2015

1 Mes
 Anual
 3 Meses
 6 Meses
 12 Meses
 24 Meses
 Taxa Admin
 VaR

RENDA FIXA	
Fundo / Indicadores	%
CDI	10,77%
IMA-B	6,15%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	13,87%
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	10,68%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	5,98%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,14%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4,66%
CAIXA BRASIL IRF-JA 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10,30%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6,51%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11,94%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	13,27%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	13,40%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12,63%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	13,26%

RENDA VARIÁVEL	
Fundo	%
IBOVESPA	-8,28%
IBX-50	-7,60%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	13,87%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	-6,25%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	-15,63%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	-22,90%
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	-7,11%

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA DE ITAPORA	%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,96%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,34%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,78%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	12,71%
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI LP	10,94%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6,15%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13,89%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	7,81%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE TABOIRA

Versão Excel 2015 -- Sair



Planilhas | Carteira | Enquadramentos | Rentabilidades | Instituições | Retornos | Codprev | Credenciamentos | Comparativo | APR | Análises

Consulta Rentabilidade e Risco

Base: 30/10/2015

1 Mes 3 Meses 6 Meses 12 Meses 24 Meses Taxa Admin. Var.

RENDA FIXA	
Fundo / Indicadores	%
CDI	12,77%
IMA-B	6,36%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	16,47%
BRANCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	12,91%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	6,26%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11,97%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4,80%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	12,14%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	7,51%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	13,15%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15,32%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15,51%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13,76%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15,61%

RENDA VARIÁVEL	
Fundo	%
IBOVESPA	-16,04%
IBX-50	-15,56%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	16,47%
BRANCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	+5,13%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	+8,52%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	-26,98%
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	-10,35%

Fundo	Indicador	%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		13,01%
BB IMA-B 5- TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		2,61%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		2,46%
CAIXA BRASIL IDXA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		13,91%
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI LP		12,98%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		6,35%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO		16,28%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		9,90%

Versão Excel 2015

Sair

Gráfico



Renda Fixa



Renda Variável

EXCEL 2015

Versão Excel 2015

Sair



Panoramas	Carteira	Enquadramentos	Rentabilidade	Instituições	Retornos	Cadprev	Credenciamentos	Comparativo	APR	Análises
-----------	----------	----------------	---------------	--------------	----------	---------	-----------------	-------------	-----	----------

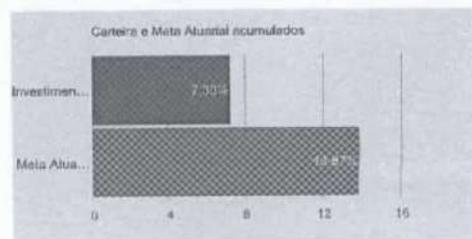
Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

Informações por períodos

2015

Acumulado no ano C 1º Trimestre C 1º Semestre C 3º Trimestre

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta Atuarial (%)	% Atingimento
Janeiro	54.164.940,97	2.364.591,96	1.558.734,33	55.789.529,17	618.730,57	1,49%	1,73%	85,95%
Fevereiro	55.789.529,17	2.296.044,51	1.559.824,68	56.852.312,91	466.563,91	0,83%	1,64%	50,39%
Março	56.852.312,91	2.124.707,62	1.421.658,00	57.697.992,32	142.829,79	0,25%	1,84%	13,51%
Abril	57.697.992,32	1.502.098,20	1.482.924,68	58.698.328,15	971.162,34	1,66%	1,16%	142,98%
Mai	58.698.328,15	1.598.888,73	1.407.748,83	59.646.142,40	838.674,32	1,43%	1,21%	118,19%
Junho	59.646.142,40	2.906.800,49	1.689.747,65	60.909.790,69	194.595,45	0,32%	1,28%	25,03%
Julho	60.909.790,69	1.843.706,39	1.790.841,82	61.250.545,34	287.890,08	0,47%	1,16%	40,83%
Agosto	61.250.545,34	23.140.449,82	23.339.311,06	60.991.608,91	-660.075,19	-1,08%	0,71%	-152,25%
Setembro	60.991.608,91	7.846.493,74	7.796.966,48	60.448.601,16	9.464,99	0,02%	1,03%	1,52%
Outubro	60.448.601,16	1.321.658,21	1.998.593,59	60.796.463,64	1.027.797,86	1,70%	1,31%	129,72%
Acumulado		46.925.239,67	44.388.551,12		4.097.834,12	7,30%	13,87%	62,61%



Retornos - Mês / Ano

2015

Outubro

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instil
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.747.294,91	0,00	0,00	6.904.689,76	157.595,76	2,34%	2,34%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	12.332.744,81	0,00	0,00	12.509.227,04	176.482,23	1,43%	1,43%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	3.159.238,78	0,00	0,00	3.238.821,51	79.582,73	2,52%	2,52%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.855.341,00	0,00	0,00	1.874.637,00	19.436,00	1,05%	1,05%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	369.874,60	0,00	0,00	374.124,80	4.250,20	1,15%	1,15%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	90.153,75	0,00	0,00	91.150,70	996,95	1,11%	1,11%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	785.388,02	0,00	0,00	807.838,23	22.450,21	2,86%	2,86%
CAIXA BRASIL IMA-B S TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.671.938,22	0,00	0,00	2.736.759,65	64.821,43	2,43%	2,43%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	918.857,30	0,00	0,00	942.781,43	24.124,13	2,63%	2,63%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.582.341,10	0,00	0,00	1.623.333,96	40.992,76	2,59%	2,59%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.690.620,32	0,00	0,00	2.860.704,10	89.883,78	2,70%	2,70%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.356.466,12	1.040.558,11	979.445,25	1.434.603,73	11.004,75	0,46%	1,30%
BRASESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	667.257,56	0,00	0,00	679.276,71	12.021,15	1,39%	1,39%

ATIVO	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (fidej.)	Variação Anual	Retorno (%) - Atual
CAIXA INFRAESTRUTURA FIACÇÕES	40.831,95	0,00	0,00	40.294,79	27,462,93	5,29%	9,2%
CAIXA CONSUMO FIACÇÕES	205.905,92	0,00	0,00	674.210,93	5.144,84	-4,61%	11,4%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA 11 F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	554.924,95	0,00	0,00	571.047,54	7.017,69	1,24%	1,34%
CAIXA BRASIL 2004 TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA	1.141.566,65	0,00	0,00	1.155.969,60	13.611,90	1,19%	1,1%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.143.184,01	0,00	0,00	1.156.551,25	13.466,94	1,18%	1,1%
BRADERCO PREMIUM F REFERENCIAL DIÁRIO	1.011.390,34	100.000,00	0,00	1.124.560,30	51.210,27	5,01%	4,11%
BR PERFE F R RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.394.177,26	0,00	0,00	3.031.191,85	33.181,79	1,12%	1,12%
CAIXA MEGA F REFERENCIAL DIÁRIO	12.637.624,70	0,00	1.019.145,34	9.120.482,39	109.589,37	1,03%	1,0%
BB RECEBETES IMOBILIÁRIOS F	290.416,46	0,00	0,00	507.256,12	2.132,34	0,87%	0,8%
BB IRF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS F R RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	174.815,27	175.190,10	0,00	352.609,84	2.434,47	0,77%	1,0%
CAIXA BRASIL 1004 IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS F R RENDA FIXA LP	6.824.519,94	0,00	0,00	6.230.626,10	160.805,21	2,66%	1,3%

RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS E TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (Rend)	Ver Rend	Ver Rend	(%) Saldo Atual
CAIXA MENSA FI REFERENCIADO DI LP	10.837.924,78	0,00	1.019.148,34	9.728.462,30	109,083,07	1,03%	1,1%	
BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI	249.706,33	0,00	0,00	302.290,12	2.502,64	0,87%		
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	174.915,27	175.169,10	0,00	352.609,04	2.694,47	0,77%	1,20%	
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.030.166,00	0,00	0,00	6.200.026,10	160.866,21	2,68%	2,83%	



Planilhas: [Carteira](#) | [Estrutura de Custos](#) | [Rentabilidade](#) | [Instalações](#) | [Riscos](#) | [Gedex](#) | [Desdobramentos](#) | [Comparativo](#) | [APR](#) | [Análises](#)

Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

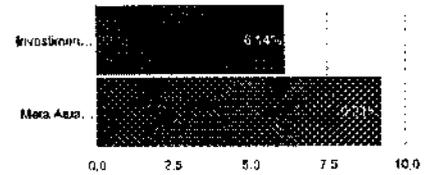
Informações por períodos

2015

Acumulado no ano Trimestral Semestral Mensal

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta Atuarial (%)	% Atingimento
Janeiro	59.143.940,67	2.064.561,96	1.558.734,33	55.789.529,17	816.730,57	1,48%	1,73%	85,95%
Fevereiro	55.759.529,17	2.258.044,51	1.859.824,66	56.952.312,91	466.963,81	0,82%	1,64%	50,96%
Março	56.462.312,91	2.104.197,00	1.421.858,00	57.697.992,32	142.829,79	0,25%	1,64%	13,51%
Abril	57.697.992,32	1.502.006,20	1.482.304,58	58.686.428,18	971.162,34	1,68%	1,19%	142,00%
Maior	58.686.428,18	1.546.689,73	1.467.749,83	59.046.142,40	839.879,32	1,43%	1,21%	118,14%
Junho	59.046.142,40	2.938.050,49	1.859.747,65	60.609.700,19	194.595,45	0,32%	1,26%	25,04%
Acumulado		12.772.931,51	9.460.838,17		3.432.756,36	6,14%	9,21%	66,64%

Carteira e Meta Atuarial acumuladas



Retornos - Mês / Ano

2015

Outubro

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Inset
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.747.294,01	0,00	0,00	6.904.809,76	157.595,75	2,34%	0,34%
CAIXA BRASIL IMA-CEITAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.302.144,01	0,00	0,00	12.509.227,04	176.482,23	1,43%	1,14%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	3.159.238,76	0,00	0,00	3.236.821,51	79.562,73	2,52%	2,52%
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.855.341,00	0,00	0,00	1.874.837,00	19.496,00	1,05%	1,05%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	363.874,50	0,00	0,00	374.124,80	4.250,20	1,15%	1,15%
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	90.353,75	0,00	0,00	91.150,70	996,95	1,11%	1,11%
CAIXA VALOR SMALL CAP BPPS FIC AÇÕES	785.288,62	0,00	0,00	807.938,21	22.650,21	2,88%	2,86%
CAIXA BRASIL IMA-B-5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.671.038,22	0,00	0,00	2.736.750,65	64.821,43	2,43%	2,43%
BD IMA-B-5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	918.657,30	0,00	0,00	942.741,43	24.124,13	2,63%	2,63%
CAIXA BRASIL IMA-B-5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.952.341,10	0,00	0,00	1.629.333,96	46.962,70	2,39%	2,50%
BD IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.880.820,82	0,00	0,00	2.680.704,10	69.881,76	2,70%	2,70%
CAIXA BRASIL IRE-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.396.486,12	1.046.558,11	979.445,25	1.434.600,73	11.004,75	0,46%	1,02%
BRADESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	667.257,48	0,00	0,00	879.278,71	12.021,15	1,39%	1,39%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	421.631,99	0,00	0,00	454.294,79	22.462,84	5,29%	5,11%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	706.905,57	0,00	0,00	614.210,93	92.694,64	-8,87%	1,01%
BE TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	564.029,96	0,00	0,00	571.047,84	7.017,88	1,24%	1,24%
CAIXA BRASIL 2030+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.141.958,00	0,00	0,00	1.191.969,00	53.611,00	1,18%	1,18%

Descrição	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (Pge)	Ver. Resgates	Ver. Retorno	Ver. Saldo
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.143.580,91	0,00	0,00	1.156.651,25	13,40%		1,18%	
GRATÉSCOS PREMIOS F REFERENCIADO DI	1.013.500,24	109.800,00	0,00	1.123.300,24	11,21%		1,15%	
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.947.107,75	0,00	0,00	3.001.381,40	34,19%		1,12%	
CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI - P	10.637.904,00	0,00	1.019.148,34	9.618.755,66	100,68%		1,03%	
BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIO - FI	299.000,00	0,00	0,00	302.200,00	2,34%		0,57%	
BB IPCA V TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.743.000,00	1.051.000,00	0,00	2.794.000,00	24,94%		1,40%	
CAIXA BRASILEIRA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP	0.053.160,00	0,00	0,00	0.200.000,00	100,00%		2,68%	

**FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DE ITAPIRA**

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2016**

XXXXXX de 2015

Sumário

1. Introdução	3
2. Objetivo.....	3
3. Cenário Econômico para o Exercício de 2016	4
4. Alocação Estratégica dos Recursos.....	7
4.1 Segmento de Renda Fixa	9
4.2 Segmento de Renda Variável	9
4.3 Segmento de Imóveis.....	9
4.4 Vedações.....	10
5. Meta Atuarial.....	10
6. Estrutura de Gestão dos Ativos.....	10
6.1 Gestão Própria	10
6.2 Órgãos de Execução.....	11
7. Controle de Risco.....	11
7.1 Controle do Risco de Mercado	12
7.2 Controle do Risco de Crédito.....	12
7.3 Controle do Risco de Liquidez	13
8. Política de Transparência	13
9. Critérios para Credenciamento – Gestor e Administrador	13
9.1 Processo de Seleção e Avaliação de Gestores/Administradores.....	14
9.1.1 Processo de Credenciamento.....	14
10. Controles Internos	14
11. Disposições Gerais	16

1. Introdução

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010", o comitê de investimentos do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2016, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. Objetivo

A Política de Investimentos do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

3. Cenário Econômico para o Exercício de 2016

Internacional

Em seu recente relatório sobre as perspectivas econômicas mundiais, divulgado no último mês de outubro, o Fundo Monetário Internacional – FMI estima que o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB global, em 2016, será de 3,6%. Uma taxa maior do que a que será alcançada em 2015 e muito próxima da média de 3,5% verificada entre 1980 e 2014. Apesar da continuada recuperação de países desenvolvidos, como os EUA e o Reino Unido, a situação será incerta na zona do euro, no Japão e principalmente na China e na maioria das demais economias emergentes. Os baixos preços das commodities e as pressões sobre as moedas desses países aumentaram significativamente os riscos para a evolução da atividade econômica. Os riscos geopolíticos deverão continuar elevados, sobretudo na Ucrânia e no Oriente Médio. A chamada crise dos refugiados terá sérios impactos, sobretudo na Europa e os custos econômicos e sociais poderão ser enormes.

Para a economia dos EUA, a maior do planeta, o FMI estima uma expansão de 2,6% em 2015 e de 2,8% em 2016. Depois de ter crescido 3,9% em taxa anualizada, no segundo trimestre deste ano, o PIB norte-americano evoluiu 1,5% no terceiro trimestre, também em taxa anualizada. Embora a taxa de crescimento tenha caído, devido a uma queda das exportações e da menor reposição dos estoques das empresas, a despesa dos consumidores, principal motor da economia, cresceu 3,2% no período, acima do ocorrido no segundo trimestre. Também a produtividade teve alta significativa. Evoluiu 1,6% no terceiro trimestre, enquanto os analistas estimavam uma queda de 0,2%. Para efeito de comparação, o crescimento da economia dos EUA esperado para 2015, seria o equivalente ao PIB do Brasil evoluir mais de 20% no mesmo período.

Já em outubro, o avanço do setor de serviços, o maior da economia americana, atingiu o maior ritmo em mais de uma década e o mercado de trabalho apresentou invejável solidez. Foram criadas 271 mil vagas de emprego, a maior desde dezembro de 2014. A taxa de desemprego recuou para 5%, o menor nível desde abril de 2008, portanto antes da crise. Nesse contexto, aumentou significativamente a possibilidade de que, em sua última reunião deste ano, o banco central americano, o FED, eleve a taxa básica de juros, que está entre 0% e 0,25% ao ano desde dezembro de 2008. Tal evento acarretará em valorização mais acentuada ainda do dólar no mercado internacional e deverá contribuir para uma maior atração do capital internacional para o país, em detrimento, sobretudo, dos países emergentes. Restam dúvidas em relação ao ritmo de elevação das taxas, que será adotado e do comportamento dos mercados financeiros em relação a quanto desse evento já teria sido efetivamente precificado.

Em relação à zona do euro, o FMI estima um crescimento de 1,5% em 2015 e de 1,6% em 2016. Continua em curso o programa de estímulos monetários implementado pelo Banco Central Europeu – BCE, com o intuito de incentivar a atividade econômica e evitar um processo de deflação dos preços, que acarretaria uma nova crise econômica. Embora os líderes europeus acreditem que o crescimento ganhará velocidade, o BCE, cujo programa de estímulos prevê a compra de ativos de 1,4 trilhões de euros de março de 2015 até setembro de 2016, poderá estender o mesmo até meados de 2018. A compra de ativos poderia ascender a até 2,4 trilhões de euros, segundo analistas do continente.

Para a economia chinesa, a segunda maior do mundo e o maior mercado emergente, o FMI estima um crescimento de 6,8% em 2015 e de 6,3% em 2016. Com o comércio internacional enfraquecido, o atual modelo de crescimento da China privilegia o consumo interno e não mais a produção industrial manufaturada, para exportação, o motor do modelo anterior. Em 2016 será divulgado um novo plano econômico quinquenal e são esperados avanços nas reformas necessárias para sustentar o alto ritmo de crescimento econômico. Sob o aspecto global, uma maior desaceleração do país, dada a sua presença nos mercados, causaria danos não só para as economias emergentes, como a do Brasil, mas também para as desenvolvidas. Em 2016, além dos EUA, sem dúvida o mundo estará atento ao que acontecer na China.

Nacional

O FMI estima que a economia brasileira irá decrescer 3% em 2015 e 1% em 2016. Em valores correntes o PIB cairá de US\$ 2,3 trilhões, em 2014 para cerca de US\$ 1,3 trilhão neste ano. Para que o país volte a crescer, recomenda a implementação de reformas estruturais, maior investimento na educação e melhoria no ambiente de negócios. O fato é que sem recurso para investir e sem ter sucesso na aprovação das medidas do chamado “ajuste fiscal”, que lhe permitiria o reequilíbrio orçamentário, o governo tem reduzida margem de manobra para incentivar a economia e para recuperar a confiança do empresariado em investir. Com a indústria e o comércio acumulando forte crescimento negativo, o único setor de atividade que enseja melhor expectativa é o do agronegócio, também graças à atual taxa de câmbio, que compensou com folga a queda nos preços das commodities agrícolas. Nesse cenário sombrio, além da importante queda na arrecadação de impostos, que amplia ainda mais o desajuste fiscal, o mercado de trabalho deverá ter dias ainda piores. A taxa de desemprego, que atingiu 8,7% no trimestre encerrado em agosto, conforme revelou a Pnad Continua do IBGE, poderá superar os 12% em 2016, de acordo com especialistas do setor.

Dominado pela agenda política, o governo tem se deparado com uma situação fiscal alarmante. O próprio secretário do Tesouro Nacional admitiu que o déficit primário pode ultrapassar os R\$ 100 bilhões em 2105, incluído nesse montante os R\$ 50 bilhões das chamadas “pedaladas fiscais”. O fato é que a meta fiscal para o ano já foi revisada para um déficit de R\$ 51,8 bilhões. Para 2106, embora não tenha aprovado ainda a meta de 2015, a Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, aprovou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a ser submetido ao plenário da casa, em que a meta fiscal é de um superávit primário de 0,7% do PIB ou de R\$ 43,8 bilhões. Diante das enormes dificuldades em aumentar a arrecadação e diminuir os gastos, o governo assiste o crescente peso da sua dívida e é alta a possibilidade de que o país perca o seu grau de investimento de outras agências de classificação de risco. O que tornaria ainda mais caro para que o país obtivesse recursos no exterior e pior ainda, implicaria na necessidade da saída de importantes recursos de investidores estrangeiros no Brasil, pressionando ainda mais as taxas de juros e a taxa de câmbio.

Com a situação fiscal deteriorada, o combate à inflação continua e poderá continuar dependendo apenas da insuficiente política monetária adotada pelo Banco Central. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA atingiu a maior marca para um mês de outubro, desde 2002, levando a inflação acumulada no ano a subir 8,52% e a acumulada em 12 meses a 9,93%. Para 2016 o cenário é mais ameno, porém nada animador. Depois de haver mantido a taxa Selic em 14,25% ao ano em suas duas últimas reuniões, o Comitê de Política Monetária – Copom tem pela frente a dura missão de combater à inflação em uma economia cuja atividade e o nível de emprego estão em processo de deterioração. Recentemente, o diretor de Política Monetária do Banco Central

afirmou que será feito o que for necessário para que a inflação vá ao encontro da meta de 4,5% em 2017. Inclusive subir ainda mais a taxa Selic.

Já em relação às contas externas, a situação apresentou alguma melhora. Com a cotação do dólar atual, a Balança Comercial reagiu e sinaliza um superávit superior a US\$ 13 bilhões em 2015 e de cerca de US\$ 25 bilhões em 2016. Embora o resultado seja atingido mais por conta da queda das importações do que o avanço das exportações, realmente houve melhora. O déficit em transações correntes de 2015 deverá de situar ao redor de US\$ 65 bilhões e será financiado não só pelo Investimento Estrangeiro Direto, como também pelo investimento estrangeiro em ações e títulos de renda fixa brasileiros. Para 2016 está previsto um déficit de cerca de US\$ 48 bilhões. Quanto à cotação do dólar, o cenário permanece de alta.

Em resumo, as perspectivas para 2016 apontam outro ano de enormes desafios. Enquanto persistir o impasse político, cujo desfecho é imprevisível, a economia real terá quase nenhuma chance de reativação. Para o mercado financeiro os riscos serão crescentes e os retornos ainda mais duvidosos. Para os gestores de recursos previdenciários aconselha-se redobrada cautela. Na carteira de renda fixa evitar perdas ganha maior importância do que a superação da meta atuarial. O rendimento de capital não ganho será rendimento perdido para sempre. Já na carteira de renda variável, cujo objetivo é o do ganho de capital ao longo do tempo, embora o fator maior risco seja inerente, uma alocação criteriosa poderá ser conduzida, aí sim visando à aproximação da meta atuarial. Principalmente para as ações, é que as épocas de crise trazem ótimas oportunidades de ganho.

Apresentamos abaixo as expectativas do mercado financeiro em relação aos principais indicadores econômicos, reveladas através do Relatório de Mercado – Focus, de 6 de novembro de 2015.

Indicador	2015	2016
Crescimento Real do PIB (% aa.)	-3,10	-1,90
Produção Industrial (%)	-7,40	-2,00
Taxa de desemprego (% - média)	6,90	9,10
IPCA (IBGE) - % aa.	9,99	6,47
IGP-M (FGV) - % aa.	9,96	6,01
Taxa Selic Meta – Fim do Ano (% aa.)	14,25	13,25
Câmbio - Fim do Ano (R\$/US\$)	4,00	4,20
Balança Comercial – Saldo (em US\$ Bilhões)	14,60	29,00
Investimento Estrangeiro Direto – IED (em US\$ Bilhões)	62,30	60,00

Fonte: BACEN - Sistema de Expectativas de Mercado

4. Alocação Estratégica dos Recursos

4.1 Macroalocação Estratégica

O cenário aponta para outro ano desafiador na condução dos investimentos. Enquanto persistir o impasse político, cujo desfecho é imprevisível, a economia real terá quase nenhuma chance de reativação. Para o mercado financeiro os riscos serão crescentes e os retornos ainda mais duvidosos. Para os gestores de recursos previdenciários aconselha-se redobrada cautela. Na carteira de renda fixa, embora o fator risco seja inerente, uma alocação de recursos mais defensiva ganha maior importância do que a superação da meta atuarial. Na renda variável, o quadro recessivo atinge a economia real, afetando o resultado das empresas e inibindo melhores retornos. A iminente alta do juro americano agrava o quadro, visto que promoverá uma inversão do fluxo de capitais que trará efeitos desastrosos para a nossa economia. Adiciona-se a este quadro um provável corte na nota de rating do Brasil para “junk”, e o estrago estará completo.

Neste contexto, o quadro abaixo sintetiza a proposta de macroalocação de recursos para o ano de 2016:

Estratégia	% MÍNIMO	% MÁXIMO	% ALVO
IMA-B 5+ / IDKA IPCA 20 A	0,00	5,00	0,00
IMA-B 5 / IDKA IPCA 2 A	10,00	30,00	20,00
IMA-B / IDKA IPCA 10 A	5,00	20,00	10,00
IRF-M 1+ / IDKA Pré 3 A	0,00	0,00	0,00
IRF-M 1 / IDKA Pré 1 A	15,00	50,00	15,00
IRF-M / IDKA Pré 2 A	0,00	5,00	5,00
CDI/SELIC	20,00	40,00	40,00
AÇÕES - IBOVESPA/IBR-X/OUTROS	0,00	8,00	5,00
FII/FIP	0,00	7,00	5,00

4.2 Objetivo de Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação e Carteira

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS observarão os limites estabelecidos por esta política de investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme descrito abaixo:

OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E CARTEIRA		
Alocação dos Recursos / Diversificação	Alocação dos Recursos	
	Limite Resolução %	Limite Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º	100	-
Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a"	100	0
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	65
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	80	20
FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	80	0
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	30	30
FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	30	0
Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	20	0
Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "b"	20	0
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI.	15	5
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	5
FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5	5
Total do segmento	100	130
Renda Variável - Art. 8º	30	-
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30	0
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	0
FI em Ações - Art. 8º, III	15	10
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5	5
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5	3
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5	3
Total do segmento	30	21
Total Geral	100	151

As alocações estratégicas dos recursos foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta política de investimentos, conforme descrito no item 3 acima.

4.3 Segmento de Renda Fixa

Obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010, propõe-se adotar **o limite de no mínimo 80% (oitenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) dos investimentos financeiros do RPPS, no segmento de renda fixa.**

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso "a" da Resolução CMN nº 3.922/2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

4.4 Segmento de Renda Variável

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, **limitar-se-ão a 20% (vinte por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.**

4.5 Segmento de Imóveis

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

4.6 Vedações

O comitê de investimento do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco citadas no item 7.2 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
2. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
3. Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

5. Meta Atuarial

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (INPC ou IPCA), acrescido de uma taxa de juros de X% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

6. Estrutura de Gestão dos Ativos

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão, própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira será própria.

6.1 Gestão Própria

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência

Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

O RPPS tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922/2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

6.2 Órgãos de Execução

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da política de investimento, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Esta política de investimentos estabelece as diretrizes a serem tomadas pelo comitê de investimentos na gestão dos recursos, visando atingir e obter o equilíbrio financeiro e atuarial com a solvabilidade do plano.

7. Controle de Risco

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

7.1 Controle do Risco de Mercado

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo não paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do comitê de investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do comitê de investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

7.2 Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	BBB+ (perspectiva estável)
Moody's	Baa1 (perspectiva estável)
Fitch Rating	BBB+ (perspectiva estável)
Austin Rating	A (perspectiva estável)
SR Rating	A (perspectiva estável)
LF Rating	A (perspectiva estável)
Liberum Rating	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de “rating” para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

7.3 Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 180 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

8. Política de Transparência

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

9. Critérios para Credenciamento – Gestor e Administrador

Seguindo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;

c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

9.1 Processo de Seleção e Avaliação de Gestores/Administradores

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Histórico e experiência de atuação da gestora e/ou da administradora e de seus controladores;
- b) Volume de recursos sob gestão e/ou administração;
- c) Ambiente de controles, boas práticas operacionais, qualidade da equipe de gestão e/ou administração e gestão de riscos.

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.

9.1.1 Processo de Credenciamento

Para o processo de credenciamento das instituições financeiras, o RPPS deverá se remeter a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011, em norma a ser definida pelo Comitê de Investimentos e divulgada publicamente.

10. Controles Internos

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III - monitorar o grau de risco dos investimentos;
- IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

11. Disposições Gerais

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2015.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho do RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e

difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Observação: Conforme Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, este documento deverá ser assinado:

- 1) Pelo representante do ente federativo;
- 2) Pelo representante da unidade gestora do RPPS;
- 3) Pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos.